



UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALINE DA CONCEIÇÃO GOMES DE MELO  
LUCILENE DA PENHA LIMA SILVA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

JOÃO PESSOA – PARAÍBA  
FEVEREIRO – 2015

ALINE DA CONCEIÇÃO GOMES DE MELO  
LUCILENE DA PENHA LIMA SILVA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de  
Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba,  
como requisito para conclusão do curso.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Luisa Nogueira Amorim

JOÃO PESSOA – PARAÍBA  
FEVEREIRO – 2015

M528e Melo, Aline da Conceição Gomes de.

A educação especial em uma perspectiva inclusiva na educação infantil / Aline da Conceição Gomes de Melo, Lucilene da Penha Lima Silva.– João Pessoa: UFPB, 2015.  
54f.

Orientadora: Ana Luisa Nogueira Amorim  
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação especial. 2. Inclusão. 3. Educação infantil. I. Silva, Lucilene da Penha Lima. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376(043.2)

ALINE DA CONCEIÇÃO GOMES DE MELO

LUCILENE DA PENHA LIMA SILVA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de  
Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba,  
como requisito para conclusão do curso.

**Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Drª Ana Luisa Nogueira Amorim - UFPB  
(Orientadora)

---

Profª Drª Sandra Alves da Silva Santiago - UFPB  
(Examinadora 1)

---

Profª. Msª Santuza Mônica de França Pereira da Fonseca - UFPB  
(Examinadora 2)

JOÃO PESSOA – PARAÍBA  
FEVEREIRO – 2015

Dedico a Deus, pois sem ele eu não teria forças para essa longa jornada, a minha família, aos meus amigos e professores que me deram força e coragem durante esta árdua caminhada.

*Aline*

## AGRADECIMENTOS

*Aline*

Obrigado ao Pai Deus, pelas bênçãos e por esquematizar toda minha existência, ao filho Jesus por caminhar junto a mim e ao Espírito Santo por iluminar minha vida.

Agradeço à minha mãe Conceição, por todas as horas em que me repreendeu e me educou com todo amor e carinho.

Ao meu pai Ariosvaldo, por todos os conselhos e a forma que me educou, com amor e carinho para hoje ser quem sou.

Aos meus amados filhos Arthur Henrique e Alex Willian. Pela compreensão e a falta de atenção no período deste trabalho e pelo carinho que sempre demonstraram.

Aos meus irmãos: Arielle, que se empenhou e me ajudou em muitos momentos da minha vida e a Aristóteles em dar um apoio moral.

Ao meu sobrinho Gabriel Vitor. Por tirar minha concentração em algumas vezes mais serviu mesmo de distração.

Às minhas tias queridas: Eliane, Suely, Fátima e Marlene. Pelas orações e por acreditar e fortalecer a minha capacidade.

Aos Tios: André, Ademar, José Gomes, Luiz Gonzaga e Ludugério. Por sempre acreditar na minha capacidade.

A Ricardo que mesmo não estando perto, fez parte dessa vitória, pois sem ele não teria concretizado esse sonho.

Obrigado aos amigos: Everaldo (A Gráfica), José Maechell (Mike), Elliene, Erilândia, Edleide, Ana Cláudia, Lucilene da Penha, Lucilene Feliciano, Maria de Fátima, Denise, Auricleia, Janaina, Diana, Denis, Eliabe, Maria Isabelle, Joseane (Zana), Marinalva, Karine, Léia, Alexsandro, Andréa e Zenilda por me ajudar nos trabalhos e me estimular a fazer esse.

À orientadora Ana Luisa, e todos os professores que por suas experiências e sabedoria que contribuíram para a realização desse trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

*Lucilene*

À Deus em primeiro lugar, por fortalecer a minha fé e me dar forças para superar todos os obstáculos dessa caminhada. Por ser o meu guia, socorro na hora da angústia e tornar possível a realização desse sonho.

Aos meus pais, Luiz Gonzaga e Lindalva, ao meu irmão e irmãs e a toda minha família que com muito carinho e apoio, acreditaram na minha capacidade, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

Ao meu marido Carlos Marcos, pessoa com quem amo partilhar a vida. Com você tenho me sentido mais viva. Obrigada pelo carinho, a paciência e por sua capacidade de me trazer a paz nesta jornada da minha vida.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Em especial elas: Aline da Conceição Gomes de Melo, Edleide Silva do Nascimento e Eliene Ferreira Gomes.

A professora Ana Luísa Amorim, pela orientação e incentivo, que tornaram possível a realização do trabalho de conclusão do curso.

*O indivíduo vive imerso em um espaço em que tanto ele como os objetos que o rodeiam formam um conjunto de relações que se estruturam com grande complexidade: daí a necessidade de percebê-las, reconhecê-las e representá-las mentalmente.*

*Zilma Ramos de Oliveira (2002)*



## RESUMO

A educação especial tem se destacado perante o meio acadêmico por sua gama de possibilidades que juntamente com a educação inclusiva na perspectiva de educação levanta reflexões. Com isso, fomos a campo pesquisar como ocorre, pois a educação infantil ainda está ligada ao educar, cuidar e brincar. Sobretudo os profissionais se predem apenas ao assistencialismo, tornando o Centro de Referência de Educação Infantil (CREI) um lugar onde as crianças estão sobre os cuidados desses profissionais que tem como preocupação a limpeza e a alimentação. Ao contrário da prática observada, as professoras deveriam integrar os cuidados às atividades pedagógicas com fins definidos e um planejamento estratégicos. No decorrer deste trabalho abordamos a educação especial e a educação inclusiva, a legislação vigente, e como está ocorrendo a inclusão na educação infantil. Os dados foram coletados em um CREI, na cidade de João Pessoa, com o objetivo geral de analisar a inclusão de crianças com deficiência em instituições de educação infantil, através de uma pesquisa de campo numa perspectiva qualitativa, onde foram investigadas as ações educacionais, e aplicados questionários para obter respostas para as nossas questões. Este estudo indicou ser necessária uma revisão da prática docente, direcionado para um trabalho de aprendizagens diversificadas e significativas, que abranjam todas as crianças, sejam elas com ou sem deficiência, garantindo o melhor desenvolvimento para elas.

**Palavras-chaves:** Educação Especial. Inclusão. Educação Infantil.

## **ABSTRACT**

The Special education has been highlighted to the academic world for its range of possibilities along with inclusive education in education perspective raises reflections. With that, we went to work researching how occurs because early childhood education is still connected to educate, care for and play. Especially professionals predominate only to welfare, making the Early Childhood Education Reference Center (CREI) a place where children are on the care of these professionals whose concern cleaning and feeding. Unlike the observed practice, teachers should integrate the care of educational activities with defined purposes and strategic planning. Throughout this paper we address the special education and inclusive education, current legislation, and as is happening inclusion in early childhood education. Data were collected in a CREI in the city of João Pessoa, with the overall objective of analyzing the inclusion of children with disabilities in educational institutions, through a field research in a qualitative perspective, where educational activities were investigated, and questionnaires for answers to our questions. This study indicated the need for a review of the teaching practice, directed to a work of diverse and meaningful learning, covering all children, whether disabled or not, ensuring the best development for them.

**Keywords:** Special Education. Inclusion. Early Childhood Education.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CEB** – Câmara de Educação Básica

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**CREI** - Centro de Referência de Educação Infantil

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases

**MEC** – Ministério da Educação E Cultura

**PNEI** – Plano Nacional de Educação Infantil

**UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. EDUCAÇÃO ESPECIAL: Alguns marcos históricos que determinaram a educação atual.....</b>	<b>14</b>
2.1 Histórico da Educação Especial .....	14
2.2 Legislação para Educação Especial .....	16
2.3 A educação Inclusiva para Educação Especial .....	18
<b>3. EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SEUS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS .....</b>	<b>20</b>
3.1 Histórico da e Educação Infantil .....	21
3.2 A legislação e a Educação Infantil .....	23
3.3 A educação Inclusiva para Educação Infantil .....	26
<b>4. PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>29</b>
<b>5. ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>30</b>
5.1 A Educação Inclusiva na visão das coordenadoras.....	31
5.2 A Educação Inclusiva na visão dos professores e cuidadores.....	35
5.3 A Educação Inclusiva na visão da gestora.....	39
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICES</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil é um processo que tem enfrentado inúmeros obstáculos, como a insuficiência de vagas, o preconceito e a falta de informação e formação dos profissionais, assim como de estrutura física e pedagógica das instituições de ensino.

Este trabalho levantou questionamentos sobre como a educação inclusiva está ocorrendo na educação infantil e como tem acontecido a inclusão no Centro de Referência de Educação Infantil (CREI) da cidade de João Pessoa.

Para tanto, teve como objetivo geral: Analisar a inclusão de crianças com deficiência em instituições de educação infantil no município de João Pessoa. E como objetivos específicos: Identificar as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação para a inclusão na educação infantil; Verificar a implementação das políticas públicas inclusivas em uma instituição de educação infantil; Analisar as concepções das profissionais que atuam na educação infantil sobre a educação inclusiva.

Essa pesquisa indicou a ocorrência da inclusão de crianças com deficiência de zero a cinco anos, em instituições de Educação Infantil públicas, reconhecendo os aspectos históricos e atuais da Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Infantil, até a legislação vigente. Por meio dessa compreensão e a utilização do termo “Inclusão” e a sua relação entre o cuidar e o educar no cotidiano destes espaços educativos.

O primeiro e o segundo capítulo iremos abordar a Educação Especial e Educação Infantil, respectivamente, destacando os seguintes pontos: O histórico das educações citadas, a Legislação vigente para cada educação, e a inclusão de cada uma. Logo após, teremos os Percursos Metodológicos, onde descreverá o tipo de pesquisas e as abordagens a serem coladas em prática. A seguir, iremos relatar a instituição responsável pelas observações na análise dos dados coletados, os questionários e os fatos marcantes dentro das observações. Por fim, as considerações finais, que trará a reflexão sobre a prática docente em CREIs e sua articulação teoria-prática na inclusão da Educação Infantil.

## **2. EDUCAÇÃO ESPECIAL: Alguns marcos históricos que determinaram a educação atual**

A Educação Especial, por muito tempo, configurou-se como um sistema de ensino que paralelamente seguia a educação regular, seu papel era restrito ao atendimento prioritário dos educandos com deficiência, como apoio à escola regular no recebimento deste alunado. Essa trajetória no Mundo e no Brasil, superou diversas lutas entre paradigmas teóricos, as políticas educacionais e os preconceitos.

Segundo Beyer (2005), a educação especial mostra uma sucessão de paradigmas, divididos basicamente em dois campos: o médico e o pedagógico. Os médicos foram os primeiros que apontaram para a necessidade de escolarização de crianças que viviam segregadas desse convívio, pois a deficiência era entendida como uma doença crônica, e todo o atendimento prestado eram para fins terapêuticos. A avaliação e identificação eram reguladas em exames médicos e psicológicos com ênfase nos testes projetivos e de inteligência, e rígida classificação etiológica. E o pedagógico denominado “pedagogia terapêutica”, como mediador entre a medicina e a pedagogia, através da mesma podendo explicar a origem do distúrbio ou da deficiência.

### **2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A educação Especial foi se modificando ao longo do tempo, as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes, abandonadas, dignas de caridade e chegaram a serem exterminadas em algumas sociedades, por motivos religiosos ou crenças comuns, pois, acreditava-se que elas seriam o principal motivo do insucesso do país, que tinham doenças contagiosas ou possuídas por demônios.

Assim, segundo Lima (2006) com a busca incessante da perfeição da sociedade houve um retorno do massacre, junto ao Nazismo baseado na brutalidade e na expurgação da raça, essa situação foi sendo modificada através da evolução do humanismo, do conhecimento e da diversidade; que “salvou” as pessoas com deficiência tornando a coletividade mais fraternal e cooperativa.

Entretanto a educação especial “surge junto com a proposta de educação para todos, que denunciava a discriminação e a exclusão social” Lima (2006, p. 28). Na década de 1960,

as crianças com deficiência não participavam da educação, eram segregadas do convívio escolar com outras crianças e as poucas que buscavam o acesso a esses ambientes eram condenadas a exercícios mecânicos. Em 1970, as autoridades educacionais passaram a questionar essa educação, pois fica claro que toda criança seja ela com ou sem deficiência tem suas especificidades e que estão em processo constante de aprendizagem.

Assim, a Educação Especial no Brasil foi marcada por diversas fases, segundo afirma Sassaki (1997), sendo elas: exclusão, segregação institucional, integração e atualmente inclusão. Sassaki (1997) relata que a fase da exclusão era o período em que as pessoas com deficiências eram ignoradas, rejeitadas, perseguidas e exploradas, pois não havia nenhuma forma de atenção educacional a essas pessoas. Com isso, foram surgindo alguns estudos no Brasil voltados para a educação especial. Em meio aos estudos, surge a fase da segregação institucional, onde começa a preocupação com o desenvolvimento educacional dessas pessoas através do atendimento educacional que era oferecido, geralmente nas chamadas instituições especializadas. Em seguida, surge a fase da integração que é identificada no momento que acontece a proliferação das classes especiais nas escolas de ensino regular. Essas salas se baseavam na compreensão de que estando em salas à parte, separados dos alunos sem deficiência, os ditos “excepcionais” não atrapalhavam o ensino dos demais. E, na atualidade, a fase de inclusão na sociedade que identifica a necessidade de adaptação entre às pessoas com deficiência e a sociedade e vice-versa.

Diante disso, a Educação Especial é conceituada de acordo com o Ministério da Educação (MEC) como uma:

[...] modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 2013, p. 33-34).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, "considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter

restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade" (p. 9). Vale destacar que na Resolução CNE/CEB/2001 nº 02, no seu artigo 5º, oficializa que os educandos com Necessidades Educacionais Especiais são todos aqueles que, durante o processo educacional apresentarem:

- [...] I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos;
  - a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
  - b) Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências.
- II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimento e atitudes.

Destacar que objetivos a serem alcançados com um aluno deficiente precisam ser diferentes dos objetivos a serem alcançados com um aluno não deficiente; para chegar a esse objetivo no final de uma aula, pois, a aquisição de conhecimento e o avanço do desenvolvimento desses educandos, faz parte da inclusão é responsabilidade da família e escola.

## 2.2 LEGISLAÇÃO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em 1979, a UNESCO liderou um grupo de países no México para assinar um projeto principal de educação, o objetivo era educação para todos e estudar as condições de inclusão da América do Sul, provocado pelo fenômeno de privatização do ensino e princípios para adotar medidas para combater a discriminação.

Nos Estados Unidos, as primeiras discussões sobre o tema foram levantadas em meados de 1973, com a criação da Lei de Reabilitação. Essa lei deu início as adaptações em escolas e locais de trabalho. Com o advento da Segunda Guerra Mundial e final da Guerra do Vietnã, muitos soldados que voltavam como heróis de guerra, estavam mutilados ou com outras sequelas físicas e necessitavam de um ambiente que os recebesse de forma adequada para o processo de re-inclusão social.



A Organização das Nações Unidas (ONU) estipulou em 1981 como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência e em 1993, publicou as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, contemplando a acessibilidade como uma área fundamental para a igualdade de participação. Entretanto, o documento mais importante para a Educação Especial foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, ou como ficou conhecido “Declaração de Salamanca”.

A Declaração de Salamanca, inspirada na Conferência Mundial de Educação para Todos, que ocorrera em março de 1990 em Jontiem, na Tailândia, pode ser considerada como o grande divisor de águas na concepção de uma educação inclusiva. Foi esse documento, assinado a partir de um encontro de educação que oficializou o termo “inclusão” no âmbito da educação. O conceito de educação inclusiva, na Espanha, foi expresso pela primeira vez neste documento.

De acordo com Bayer (2005), a Conferência Mundial de Educação Especial foi um encontro acontecido em Salamanca, na Espanha, em 1994, na qual compareceram representantes de 92 governos e de 25 organizações internacionais, com o objetivo de promover uma educação para todos, e no qual foi assinado um documento que tratou de reafirmar o direito universal de todos a educação. Esse encontro fazia parte do projeto Mundial liderado pela UNESCO, cujo objetivo era combater a elitização da escola na América Latina e promover uma educação para todos, conforme a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948.

O Brasil não esteve presente neste evento, mas, oficializou a discussão assinando o documento, trazendo uma nova visão de educação especial, assim, acredita e proclama que todas as crianças possuem suas características, seus interesses, habilidades e necessidades que são únicas e, portanto, tem direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e, “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”. (SALAMANCA, 1994, p. 1-2).

A nova Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1996, incorpora os princípios da Declaração de Salamanca e a partir dela verifica-se toda uma alteração na legislação brasileira onde nota-se a intenção de tornarem-se possíveis as mudanças sociais necessárias para a construção de uma escola inclusiva. Em seu capítulo V, a Educação Especial é definida como:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular

de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A partir deste documento, a rede regular começou a matricular crianças com deficiência e iniciou uma série de discussões sobre o assunto. A resolução CNE/CEB nº 2/2001, trata com prioridade a questão das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Esses dois documentos baseiam-se no princípio dos alunos com deficiências em salas comuns na rede regular de ensino. Em seu Art. 1º e 2º descreve que:

[...] nas Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado. Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Os documentos oficiais garantem a educação especial e a realização do atendimento educacional especializado complementar ou suplementar da escolarização, independente da especificidade da criança, buscando adapta-la ao ambiente social e escolar, assegurado pelos sistemas vigentes.

## 2.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação inclusiva tem a tarefa de requerer a interação de seres humanos, transformando o educando com deficiência em cidadão consciente e participativo, e respeitado em sua subjetividade, individualidade e aprendizagem cognitiva. Por isso é importante salientar a necessidade de um trabalho de conscientização entre a sociedade,

profissionais e políticas públicas, efetivando o direito que precisa ser adquirido legal e socialmente.

Quando nos referimos ao termo “inclusão” significa conscientização, modificação, adaptação e preparação de uma sociedade para incluir as diversidades. Pois, de acordo com Sassaki (1997, p. 43):

Algumas pessoas utilizam as palavras integração e inclusão, já em conformidade com a moderna terminologia da inclusão social, ou seja, com sentidos distintos - a integração significando ‘inserção da pessoa deficiente preparada para conviver em sociedade’ e a inclusão significando modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

A falta de informação é o grande problema que justifica a não inclusão de crianças com deficiência no ensino regular brasileiro. Esta falta de informação, aliada ao preconceito, ao medo, falta de elaboração de metas governamentais para qualificar o ensino; tudo isso provoca a segregação de crianças, que vão perdendo oportunidades de desenvolverem seu potencial e de exercerem cidadania. O Ministério da Educação ainda não é capaz de garantir a educação a todas as crianças com deficiências. Outro fator é que, não adianta só a matrícula nas escolas regulares, o ensino brasileiro não está preparado para recebê-las com uma formação com qualidade, pois:

Conceitua-se a Inclusão Social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 3).

Para a Inclusão, tanto no âmbito escolar, profissional, familiar, como em outros setores, as principais resistências têm como origem o preconceito, o medo, a falta de informação e intolerância ao desconhecido.

### 3. EDUCAÇÃO INFANTIL E OS SEUS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS

A educação infantil sofreu modificações desde seu processo histórico até os dias atuais, com as leis que garantem o direito da criança, tornando-a cidadã de direitos e deveres, que tenham uma educação voltada para essa modalidade com qualidade, favorecendo o seu desenvolvimento intelectual, cultural e social.

Oliveira (1996, p. 13), considera a ideia de que:

[...] educar crianças menores de 6 anos de diferentes condições sociais já era tratada por Comenius (1592–1670) no seu livro ‘The School of Infancy’, publicado em 1628, onde aquele autor propunha um nível inicial de ensino que era o ‘colo da mãe’ (mother’s lap). Advogava ele que o processo de aprendizagem se iniciava pelos sentidos. Impressões sensoriais advindas da experiência com manuseio de objetos seriam internalizados e futuramente interpretadas pela razão. Daí sua defesa de que a educação de crianças pequenas deveria utilizar materiais e atividades diferentes – passeios, quadros, modelos e coisas reais – segundo suas idades, de modo a auxiliá-los no futuro à fazer aprendizagens abstratas.

No decorrer do tempo, a concepção de criança tem ocupado lugares diferentes na sociedade, não havendo uma concepção universal ou natural do que seja criança, pois compreende-se que a relação adulto-sociedade-criança é resultado da influência humana.

Conforme Oliveira (1996, p. 26), desde que o bebê vem ao mundo:

[...] interage de diferentes maneiras no ambiente físico e social que o cerca. Entretanto, seu ingresso em uma instituição de caráter educativo o fará experimentar, forçosamente e de forma sistemática, situações de interação distintas das que vive com sua família. Ao separar-se de sua mãe/pai, para interagir com outros adultos e compartilhar o mesmo espaço e brinquedos com outras crianças, vai conviver com ritmos nem sempre compatíveis com o seu e participar de um universo de objetos, ações relações cujo significado lhe é desconhecido.

A criança se adapta ao mundo dos objetos humanos, interage com seus pares e desenvolve-se espontaneamente. Apropria-se da linguagem, da escrita e do sistema de números (sistema de signos) e dos instrumentos (objetos que usa para transformar a natureza).

### 3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A necessidade de cuidar de crianças inicia-se, segundo Paschoal e Machado (2009), com o processo de mudanças do feudalismo para o capitalismo, na substituição da mão de obra humana pela mecânica, conseqüentemente, aconteceu uma modificação na sociedade com a necessidade do trabalho feminino, e uma reestruturação familiar. Com a precisão de encontrar alguém que tomasse conta dos seus filhos, as mulheres optaram pelas “mães mercenárias” que não trabalhavam nas fábricas e cuidavam das crianças em troca de dinheiro. Na busca de melhoria nas condições de vida, as mães e a sociedade foram coniventes com essa situação, aumentando o índice de abandono e o descaso com as crianças e esse fato ganhou destaque por meio de movimentos sociais que objetivavam a busca por um espaço onde as mães poderiam deixar seus filhos para que elas pudessem trabalhar, pois:

A preocupação das famílias pobres eram sobreviver, sendo assim, os maus tratos e o desprezo pelas crianças tornaram-se aceitos como regra e costume da sociedade de um modo geral. As mazelas contra a infância se tornaram tão comuns que, por filantropia, algumas pessoas resolveram tomar para si a tarefa de acolher as crianças desvalidas que se encontravam nas ruas. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 80).

A priori a sociedade sentiu-se satisfeita em ver as ruas limpas, sem a presença de crianças para mostrar o lado negativo que as imagens traziam. Segundo Oliveira (2002), “A responsabilidade desse recolhimento ficava a cargo de entidades religiosas”, onde ficavam sobre a responsabilidade desses institutos e preparavam esses “enfeitados” para ter uma profissão, mesmo assim, em decorrência dos altos índice de mortalidade infantil, das ideias de abandono, pobreza e as formas precárias que na visão de Paschoal e Machado (2009) eram consequência da confiança das mães em deixar seus filhos com pessoas seja da família ou não, isso gerou um alto índice de acidentes domésticos entre outros problemas. A partir desses movimentos as crianças passaram a ter cuidados específicos e locais restritos a ela, tranquilizando as mães em relação aos cuidados com as mesmas.

Surge, então, as primeiras instituições na Europa e nos Estados Unidos, tendo a função de cuidar e proteger. Outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos abandonados que, apesar do apoio da sociedade, tinham o objetivo de ocultar a vergonha das mães solteiras.

As instituições foram de forma gradativa estimulando outros países a adotarem essa alternativa e através desses espaços condições de cuidado infantil como: alimentação, higienização e a guarda. Para Pascoal e Machado (2009) “as creches, escolas maternas e jardins de infância tiveram somente no seu início, o objetivo assistencialista”, mas Kuhlmann Jr (2001) ressalta uma proposta pedagógica formal, pois proporciona o desenvolvimento da inteligência e dos bons costumes.

O Brasil tem a história da educação infantil relativamente recente no país. Foi nas últimas décadas que o atendimento à criança menor de sete anos de idade em creches e pré-escolas nasceu mais significativa e aceleradamente. Esse crescimento foi motivado pelo aumento da demanda por instituições de educação infantil decorrente da inserção, cada vez maior, da mulher no mercado de trabalho. O pesquisador brasileiro Kuhlmann Jr. relata que a primeira creche do país surgiu ao lado da Fábrica de Tecidos Corcovado, em 1899, no Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro deu início a uma rede assistencial que se espalhou por muitos lugares do Brasil. Vista por este ângulo, as instituições infantis surgiram com caráter puramente assistencial.

Com a Constituição de 1988, é que a Educação Infantil pela primeira vez na história do Brasil foi reconhecida como um direito próprio da criança pequena que era o direito à creche e à pré-escola. Há a reafirmação da gratuidade do ensino público em todos os níveis. A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola foram incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica e não mais assistencialista. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural.

Os primeiros jardins de infância criados no Brasil, com iniciativas assistencialistas e com a preocupação em atender crianças cuja as mães trabalhavam, enfrenta o desafio de estabelecer a sua própria identidade educativa e, com isso, criar uma ação diferenciada que não “escolarize” a criança, que segundo Oliveira (2002, p. 43) “é comum prevalecer a ideia de educação infantil como preparatória para o ensino fundamental”, mas é preciso conhecer e entender as especificidades da criança, seguindo as indicações de aproximar a cultura, linguagem e cognição e afetividade como elementos constituintes do desenvolvimento humano”, para que a ação educativa se efetue com a criança sendo protagonista de sua construção na sociedade. Segundo Kuhlmann, Jr. (2003, p. 469):

Pode-se falar de Educação Infantil em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição

Federal de 1988, que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização.

É importante ressaltar que a Educação Infantil tem uma função pedagógica, um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia através de atividades que tem significado concreto para a vida das crianças e, simultaneamente, asseguram a aquisição de novos conhecimentos.

É importante que o educador na Educação Infantil preocupe-se com a organização e aplicação das atividades contribuindo, assim, para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) descreve que:

Cabe ao professor individualizar as situações de aprendizagem oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais, cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e as individualidades de cada criança (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 32).

As crianças são diferentes entre si, cada uma possui um ritmo de aprendizagem, e isso deve ser considerado pelo professor, o mesmo deve estar preparado para proporcionar às crianças uma educação baseada na condição de aprendizagem de cada uma, considerando-as singulares e com características próprias.

### 3.2 A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A função da educação infantil é diferenciada em relação às demais e é garantida pela Constituição Federal em seu Art. 205 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, e em seu Art. 208 inciso IV, que diz que a “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

Dois anos após a aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069/90, que, ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades que “[...] garantam à criança desenvolvimento integral e vida plena, de forma que complemente a ação da família.” (PNEI, BRASIL, 2006, p. 5).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, foi sancionada em 1990 e traz sua edição atualizado em 2010, alegando em seu artigo 7º, que “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. No seu Art. 53 e 54, descreve que:

**Art. 53.** A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

**Parágrafo único.** É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

O ECA vem em seus artigos nº 07, 53 (acima) e 54 (abaixo) concretiza as conquistas dos direitos das crianças promulgados pela Constituição, no que diz respeito à definição de “criança”, à participação dos pais e do projeto pedagógico da escola desde a creche até o nível “mais elevados do ensino” e pessoas com deficiência, a participação da criança e do adolescente no sistema de aprendizagem e responsabilidade do poder público e da família para o desenvolvimento pleno da criança.

**Art. 54.** É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;



V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola. (BRASIL, ECA, 2010, p. 40-41)

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) impulsionou o desenvolvimento da educação com o compromisso de qualidade, criando condições para melhoria da inclusão das crianças, proporcionando uma orientação mais específica ao longo da infância. Da lei, destaca-se que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II – carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuída por um mínimo de duzentos dias de trabalho educacional;

III – atendimento à criança de, no mínimo, quatro horas diárias para o turno parcial e de sete horas para a jornada integral;

IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança (BRASIL, LDB, 2013, p. 21 - 22).

O artigo 29 deixa evidentes as competências a serem trabalhadas para o desenvolvimento da criança em conjunto pelos profissionais da educação, pela família e sociedade, faz uma reflexão teórico-prática sobre os desafios, as necessidades, as certezas e

capacidades de sua história profissional, contribuindo para uma Educação Infantil, com mais qualidade e oportunidades à criança, no Art. 30 descreve onde essa educação formal inicia e a faixa etária abrangida nela e em seu Art. 31 apresenta de forma clara e objetiva a organização das instituições infantis, a carga horaria, a frequência e a documentação para o êxito dessa instituição.

### 3.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (2006, p. 7) descreve que a “Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história como cuidado e educação extradomiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança e das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica”. Sendo assim, a educação Inclusiva na educação infantil, segundo Vitta (2010), está em “processo de organização e desenvolvimento no Brasil”, e que a introdução de crianças com deficiência na instituição educacional regular:

Promovem o desenvolvimento global da criança, o aprimoramento de habilidades e capacidades, a superação de dificuldades e a descoberta de que ela é parte integrante e atuante de uma sociedade. Sua inserção também possibilitará à criança aprender que o ambiente social é constituído de diferentes pessoas, com diferentes características e que essas diferenças devem ser respeitadas, ou seja, a sociedade é sinônima de diversidade (VITTA, 2010, p. 78).

As crianças com deficiência no ambiente regular de ensino descobre uma atmosfera livre de preconceitos e propício ao seu desenvolvimento integral. O índice de procura de crianças com deficiências em CREI's ainda é pequeno, essa constatação confirma o que expõe Vitta (2010) quando afirma que os poucos dados disponíveis são de relatos de pessoas ligados a Educação Infantil com suas experiências; e que o mapeamento dessas ações torna-se difícil para uma avaliação das atuais condições de inclusão nestes ambientes destinados às crianças. Contudo,

É importante não só para atender a criança com deficiência comprovada, mas também para a prevenção de déficits no desenvolvimento daqueles que se apresentam em ambiente de risco, ou seja, que não têm capacidades e habilidades estimuladas no

ambiente familiar. Nestes casos, a escola pode complementar essa formação, na medida em que a responsabilidade de promover o desenvolvimento integral da criança. (VITTA, 2010, p. 79)

Para isso, o MEC elaborou, em 2001, o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais” (BRASIL, 2001). Logo na introdução, o documento fala sobre a educação de 0 aos 6 anos como sendo de responsabilidade da educação, e que após três anos da sanção da LDB, as creches e pré-escolas que são a primeira etapa da educação básica tem a incumbência de estabelecer os fundamentos sobre os quais se apoia. Contudo, as atividades desenvolvidas em tais instituições devem ser necessariamente pedagógicas. No texto, é enfatizada a importância da educação infantil e a necessidade de criar uma escola que atenda a diversidade desde o início. No item 5.1, sobre orientações gerais para creches e pré-escolas, o documento recomenda que, para atender as crianças com necessidades educacionais especiais, é preciso:

- disponibilizar recursos humanos capacitados em educação especial/ educação infantil para dar suporte e apoio ao docente das creches e pré-escolas ou centros de educação infantil, assim como possibilitar sua capacitação e educação continuada por intermédio da oferta de cursos ou estágios em instituições comprometidas com o movimento da inclusão;
- realizar o levantamento dos serviços e recursos comunitários e institucionais, como maternidades, postos de saúde, hospitais, escolas e unidades de atendimento às crianças com NEE, entre outras, para que possam constituir-se em recursos de apoio, cooperação e suporte;
- garantir a participação da direção, dos professores, dos pais e das instituições especializadas na elaboração do projeto pedagógico que contemple a inclusão;
- promover a sensibilização da comunidade escolar, no que diz respeito à inclusão de crianças com NEE;
- promover encontros de professores e outros profissionais com o objetivo de refletir, analisar e solucionar possíveis dificuldades no processo de inclusão;
- solicitar suporte técnico ao órgão responsável pela Educação Especial no estado, no Distrito Federal ou no município, como também ao MEC/SEESP;
- adaptar o espaço físico interno e externo para atender crianças com NEE, conforme normas de acessibilidade. (BRASIL, 2001, p. 24-26).

Diante dessas tarefas descritas neste documento, as ações carecem ser ampliadas na esfera da educação infantil com o objetivo de propiciar um início de escolarização capaz de proporcionar também as crianças com deficiência, desde o seu nascimento, condições de se desenvolverem como cidadãos de deveres e direitos.

Sendo assim, a Educação Inclusiva iniciada na Educação Infantil sugere a reavaliação dos espaços, do tempo disponibilizado para as crianças, dos profissionais, dos recursos didático-pedagógicos, entre outros fatores voltados para o acesso e a permanência das crianças-alunos-adultos com deficiências.

Em resumo, na Educação Infantil o seu maior desafio está na prática pedagógica. Embora todos os aspectos anteriormente mencionados sejam indispensáveis e estejam ligados uns aos outros, a ação pedagógica tem que ser direcionada e voluntária para contribuir para a inclusão de forma natural. E nessa linha do tempo, mostra-se a criança como um indivíduo de direitos e deveres garantidos pelas políticas públicas, com a construção da escola inclusiva desde a educação infantil. Fazendo-se necessário pensar em seus espaços, profissionais, recursos didáticos e pedagógicos, entre inúmeras outras coisas. Fazendo essa análise, percebemos que a criança necessita de profissionais qualificados, comprometidos e preocupados em fazer da inclusão uma mudança social, e que a família tem um papel crucial nesta procura de um ambiente seguro e agradável para seu filho.

#### 4. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é um momento de reflexão para o início do trabalho acadêmico, pois segundo Gil (2010) pode-se defini-la como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A mesma surge com a necessidade de responder ao problema da insuficiência de informações disponíveis, e possui motivos diferenciados para a execução da pesquisa.

Considerou-se nesta pesquisa uma abordagem qualitativa, considerando o envolvimento dos entrevistados e suas relações com o cotidiano. Segundo Minayo (1995, p. 21-22):

[...] a pesquisa qualitativa reponde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não se pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa envolveu a obtenção de dados que foram produzidos primeiramente com questionário que, de acordo com Gil (2010, p. 102), pode ser definido como “técnica de interrogação composta por um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”, este método serviu para a coleta de dados que, segundo Gil (2010, p. 78), “é feita mediante a manipulação de certas condições e a observação dos efeitos produzidos”.

Os questionários foram, primeiramente, aplicados junto à Coordenação de Educação Infantil e Coordenação de Educação Especial da Prefeitura Municipal de João Pessoa, e tinham como objetivo, também, a solicitação de indicação de uma instituição de educação infantil com maior índice de crianças especiais matriculadas. Realizadas as entrevistas com as coordenadoras, foi indicado um CREI em um bairro da Zona Sul da cidade.

Na instituição recomendada, realizamos a observação que, segundo Gil (2010, p. 20-21), “é o procedimento fundamental na construção de hipóteses”, e que consiste no “estabelecimento assistemático de relações entre os fatos no dia a dia e é que o fornece os indícios para solução dos problemas propostos pela ciência”. Assim, após as observações ocorreu a organização dos acontecimentos observados do cotidiano, o perfil dos profissionais frente a inclusão das crianças, e a aplicação de novos questionários para obter informações que foram analisadas ao final do processo.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS

A análise, segundo Gil (2009, p. 156), “tem o objetivo de organizar e sumariar os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação”. Assim, nossa análise foi feita mediante observação e questionários aplicados aos coordenadores responsáveis pela educação infantil e especial, a diretora do CREI, as educadoras e as cuidadoras das crianças com deficiência.

O CREI indicado pelas coordenadoras na Zona Sul, foi fundado em 2009 com uma proposta inclusiva. Atualmente atende 120 (cento e vinte) crianças, distribuídas por faixa etária e atende em horário integral. No CREI estão matriculadas 05 (cinco) crianças com deficiências, sendo 04 (quatro) autistas e 01 (uma) com Síndrome de Down, todas diagnosticadas e acompanhadas pelos cuidadores.

A instituição infantil é dividida fisicamente em 04 (quatro) salas de aula, possui 01 (um) banheiro dividido em oito, 01 (um) banheiro adaptado para cadeirantes, 01 (uma) secretaria, 01 (um) refeitório, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) brinquedoteca, 01 (uma) sala de professores e área para recreação.

O CREI tem 25 (vinte e cinco) funcionários, sendo 01 (uma) diretora, 01 (uma) secretária, 04 (quatro) professoras, 01 (uma) professora de música e 01 (uma) de educação física, 04 (quatro) monitoras, 05 (cinco) cuidadoras, 02 (dois) porteiros, 02 (duas) auxiliares de serviços gerais e 03 (três) merendeiras.

No CREI as crianças seguiam uma rotina diária, que incluía a acolhida, o café da manhã, atividades em sala de aula, a hora do lanche, banho, a hora do almoço, hora do sono; ao acordar, lanche, atividade (física, lúdica ou de vídeo), banho, jantar e saída.

Os espaços da instituição frequentados pelas crianças eram basicamente a sala, o ambiente em que as refeições eram servidas. Entretanto, as crianças com deficiência não participavam das atividades corriqueiras das demais crianças como: atividades de pintura, desjejum, almoço, lanches, a hora do sono, os banhos, o jantar, era responsabilidade do cuidador, e feito fora do ambiente onde as demais crianças estavam. Para essa análise o foco estará nesses ambientes, pois foram os ambientes mais frequentados.

As salas de aulas eram bem organizadas, com um espaço muito agradável, amplo, com mesinhas e cadeirinhas, um quadro negro, painéis decorativos, jardim de inverno comum, jardim suspenso e estante para materiais e brinquedos.

No primeiro questionário aplicado, as coordenadoras, que aqui denominaremos de coordenadora 1 e coordenadora 2, responderam a oito questões abertas. Segundo Gil (2009,

p.122) “nas questões abertas solicita-se aos respondentes para que ofereçam suas próprias respostas”, sendo assim, elas responderam com base nas funções desempenhadas de cada uma.

## 5.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA VISÃO DAS COORDENADORAS

Questionadas sobre como tem ocorrido a inclusão de crianças com deficiência nas instituições de educação infantil no município de João Pessoa, as coordenadoras responderam:

Por procura dos pais, então fazemos a matrícula (Coordenadora 1).

Em nossas instituições todas as crianças têm direito ao ingresso, em caso de deficiência que a criança necessita maior atenção e que tenham laudo asseguramos o “cuidador” (Coordenadora 2).

Segundo as coordenadoras, a inclusão de crianças com deficiência ocorre mediante a procura que segundo Lima (2006, p. 37) a legislação garante esse acesso a todas as crianças independente que tenha deficiência ou não, é importante que esse atendimento não fique só na teoria, que a prática tenha condições de suprir as especificidades de cada criança. E na Resolução CNE/CBE nº 2/2001 em seu artigo 2º “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”, reafirmando as respostas das coordenadoras.

Questionamos sobre quais as políticas públicas adotadas pela Secretaria de Educação para a efetivação da inclusão na educação infantil, e elas responderam da seguinte maneira:

Primeiro se a diretora quer, pois é difícil uma criança ter um laudo, principalmente, um laudo conclusivo, porque uma criança autista só vai ter laudo a partir dos 7 anos de idade, muitas vezes os gestores das creches desconfiam se tem alguma deficiência, então vai uma equipe da prefeitura para fazer uma avaliação, uma equipe com psicólogo, fonoaudióloga, pedagogo, não é um laudo médico, mas é uma avaliação, para saber se a criança vai precisar de um cuidador ou se ela precisa de uma assistência do CREI para ela se integrar na turma, quando a criança tem dificuldade de locomoção, higiene e alimentação, naturalmente, ela precisa de um cuidador, quando a criança tem deficiência auditiva, vai um professor de libras para o

CREI, para dar aula, não todos os dias, é um professor itinerante para dar apoio. (Coordenadora 1)

Asseguramos o “cuidador”; salas de recursos e buscamos formar os profissionais através de encontros de reflexão e capacitação. (Coordenadora 2)

De acordo com a Resolução NE/CEB nº 02/2001, artigo 1º, parágrafo único, “O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado”, esse documento evidencia a trajetória de inserção de crianças com deficiência em instituições regulares e as coordenadoras mostram ter conhecimentos obtidos a partir dele, principalmente a coordenadora 1.

Quando interrogamos a respeito da matrícula das crianças com deficiência nos Centros de Referência de Educação Infantil de João Pessoa é feita mediante que critérios, as coordenadoras responderam:

Ter vaga. Se o CREI pedi o laudo de forma insistente é possível que perca a criança, porque ainda precisa ser diagnosticada. Tem uma criança que tem diagnostico, como convulsões e epilepsia. (Coordenadora 1)

Partimos do princípio que toda criança tem direito ao ingresso na Educação Infantil e a partir do seu ingresso temos que buscar os meios para favorecer o seu desenvolvimento. (Coordenadora 2)

A LDB, em seu artigo 59, afirma que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades ou superdotação: Inciso I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender as suas necessidades”, fazendo valer os seus direitos enquanto cidadão.

E a respeito de quais os tipos de deficiência são mais frequentes nas CREIS, elas responderam da seguinte forma:

Auditiva, física e cadeirante, essas são as mais frequentes. (Coordenadora 1)

Temos cadeirantes, crianças com paralisia cerebral, autistas... (Coordenadora 2)



Em observação ao campo de pesquisa, o maior índice encontrado foi o autismo, ao contrário do que as coordenadoras citaram.

Para incluir uma criança com deficiência em uma turma, o que é necessário, responderam com atenção:

São essas políticas de cuidadores para quem precisa, o cadeirante não tem dúvida, precisa de cuidador, alguns CREIs já tem sala de recurso, mas como os CREIs municipalizou esse ano, está havendo uma chegada de novo CREIs, tem CREIs que estão virando referência em receber crianças com deficiência, não que eles queiram, mas os próprios pais fazem a propaganda, então a chegada de crianças com deficiência nos CREIs é muito recente, sobre tudo neste município que agora recebeu as creches do estado. (Coordenadora 1)

É necessário ter a vaga para atender. Volto ao princípio que a creche é um “direito da criança”. É dever nosso favorecer esse acolhimento, dar condições aos profissionais. (Coordenadora 2)

Segundo Lima (2006, p.37), “essa tarefa cabe as administrações dos sistemas escolares”, pois parte da realidade individual de cada CREI, a busca recursos e profissionais aptos a trabalhar com diversos tipos de deficiências.

Questionamos quais são os requisitos necessários para um(a) professor(a) de educação infantil poder incluir uma criança com deficiência na sua turma, as coordenadoras responderam:

Assim, a princípio ele vai trabalhar o cronograma normal, se o CREI preencher o censo e for contemplado pelo MEC com uma sala de recurso multifuncionais, então o professor da sala de recurso vai apoiar o professor da sala de aula, quando ele receber um aluno especial, como eles chamam, a gente dar as orientações para o professor poder trabalhar com ele. (Coordenadora 1)

O professor da Educação Infantil tem que ter grande afetividade, clareza que os desafios devem ser enfrentados e que nós precisamos buscar alternativas, conhecimentos e novas práticas para as crianças que recebemos. (Coordenadora 2)

Em concordância a LDB e CNE/CEB, descreve que os professores devem ser formados com nível médio ou superior e capacitados para atender classes regulares e que em casos de necessidades e apoio de outros profissionais, solicitam junto a Secretaria de Educação esse apoio.

Questionadas quais são os pontos positivos e negativos da proposta de inclusão na educação infantil, responderam:

Não tem pontos negativos, são desafios, eu não considero que existem pontos negativos, porque não pode existir uma receita, uma forma, cada criança é única, a demanda é que vai dizer a melhor forma de trabalhar, não existe uma receita e eu tenho ouvido muitos depoimentos positivos de gestores, quando recebe o aluno fica angustiado, depois quando ver progresso do aluno, o carinho que o aluno consegue demonstrar, a atenção, a mudança de quando o aluno chega na evolução dele, esses gestores ficam encantados, passam a acreditar que aquelas crianças têm potencialidade, porque a grande dificuldade da criança com deficiência, começa na família, a própria família quer que ela esteja na escola, quer que ela seja bem sucedida, mas a própria família não acredita, que ela tenha potencialidade. As vezes abandona no CREI, porque precisa trabalhar, o CREI consegue fazer milagres, essas crianças evolui de uma forma espantosa, que passa a conviver com outras crianças. (Coordenadora 1)

Buscamos tornar os espaços acolhedores, acessíveis, nos encontros pedagógicos trabalhamos os novos desafios, entre eles e a inclusão. Um novo olhar para educação. (Coordenadora 2)

Segundo Lima (2006 p.32), “destaca a necessidade de situações ou recursos dos quais ainda não dispomos, como capacitação de professores, remanejamento e reestruturação da escola, dinâmica da escola para receber os alunos especiais, recursos pedagógicos e até mesmo físicos”, é a utopia entre a teoria e a prática que observamos.

Questionamos de que forma é incentivada a inclusão na educação infantil, responderam:

De forma que o aluno participe, não fique parado, seja convocado a participar, integrar com outros coleguinhas (eu recebi um ofício de um CREI devolvendo uma cuidadora), porque o aluno está totalmente independente, não precisa mais, isso é um sucesso, porque o cuidador cumpriu o papel dele, a criança se libertou e foi totalmente incluída. (Coordenadora 1)

As dificuldades são a falta de preparação de alguns profissionais. Entendo que a inclusão quando começa na Educação Infantil, temos maior chance de sucesso, pois a educação infantil é a base... (Coordenadora 2)

O processo de inclusão levanta muitos questionamentos, seja em meios aos profissionais, seja no meio familiar, pois, a inclusão está avançando, mas segundo Lima (2006, p. 34) “não pode ser considerada ideal, ou uma realização perfeita, pois não podemos falar de um avanço homogêneo ou linear”. O CREI, mostra de forma clara o que não deve ocorrer em instituições infantis inclusivos, a segregação das crianças com deficiências.

## 5.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA VISÃO DAS PROFESSORAS E CUIDADORAS

O segundo e o terceiro questionários foram entregues a quatro educadoras infantis e cinco cuidadoras das turmas de dois a cinco anos, sendo que apenas uma das quatro respondeu, as demais se recusaram a responder e as cuidadoras não responderam com a justificativa que não eram obrigadas a responder esses questionamentos.

Iniciamos os questionamentos sobre há quanto tempo a educadora atua na educação infantil e quais os conhecimentos ela tinha a respeito da educação especial, e ela respondeu: “Atua há 14 anos e não tem experiência na área de educação especial” (PROFESSORA). Segundo a LDB (2013), em seu artigo 62, afirma-se que:

[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Contudo, verificamos que a educadora possui o ensino médio na modalidade normal e relatou não ter experiência na área da educação especial, no entanto, para desenvolverem um bom trabalho com as crianças Lima e Dorziat (2013, p. 2) afirmam que “os profissionais que compõem as Creches e pré-escolas precisam perceber de forma adequada essa nova realidade, de modo a enriquecê-la com as outras possibilidades de ser e estar no mundo, proporcionando às crianças, desde cedo novas formas de conhecimento”, sendo assim, o educador infantil deve buscar se aperfeiçoar para o melhor desempenho da função.

A ser questionada, o que entende por inclusão de crianças com deficiência no ensino regular e que tipos de deficiências ela trabalhou, a educadora responde: “Incluir as crianças nas rotinas diárias do CREI ou escola. E trabalhou com o Autismo” (PROFESSORA). De acordo com Lima e Dorziat (2013, p. 2), “em se tratando de Educação Infantil, mesmo diante de avanços, a inclusão ainda é um processo que necessita ser problematizado visto que os discursos que a proclamam distanciam-se da realidade escolar brasileira”, e isso foi constatado na prática observada no CREI em questão e que a professora se contradiz em relação à experiência.

Comecei a observação pelo turno da manhã, na turma de 5 anos, com 28 crianças matriculadas, uma professora, uma monitora e uma cuidadora. Nesta turma conheci um menino autista, sua rotina é a seguinte: O menino não interage com sua turma, ficando separado das

outras crianças, ficando apenas com a cuidadora, faz a sua atividade individual sem a colaboração da professora. Em conversa com a cuidadora, ela falou o seguinte “sua atividade é realizada de acordo com o seu bem estar, no início a criança possuía muita dificuldade para se alimentar, a mesma toma medicação em casa e faz fisioterapia, estava matriculada em uma creche privada, porém foi recusada devido a sua deficiência, então veio para esta creche neste ano, é totalmente dependente”. Segundo a cuidadora, o menino gosta de música e ficar no pátio. Ele não participava da apresentação organizada pela professora para o encerramento do ano letivo. A professora não se aproxima desta criança, ficando a mesma sobre a responsabilidade da cuidadora, ela também não brinca como os seus colegas. Ao analisar a rotina da criança citada a cima, percebemos que a inclusão não está acontecendo, pois ele sempre ficava separado das outras crianças. Portanto a socialização não acontece para o desenvolvimento desta criança, sendo apenas, mais criança matriculada no ensino regular. (DIÁRIO DE CAMPO, Observadora A, 09/12/2014)

As professoras tem consciência que devem incluir as crianças com deficiência nas atividades corriqueiras das demais, mas em observação não foi isso que observamos pois:

No mesmo dia turno da tarde, a realidade não é diferente, no primeiro dia de observação ao chegar ao CREI as 13 horas, me deparei com todos na hora do sono, inclusive os funcionários, esperei mais de uma hora para ser atendida pela secretária, que ao me atender usou como desculpa a ausência da gestora e impediu minha entrada, as 15 horas a gestora chegou para me atender, pediu ainda que eu esperasse para ver se estava tudo em ordem para me apresentar o CREI, as professoras eram hostis. As crianças com deficiência estavam dormindo com as cuidadoras no pátio, totalmente isoladas das demais. (DIÁRIO DE CAMPO, Observadora B, 09/12/2014)

Interrogamos se a educadora acredita ter conhecimentos necessários para incluir uma criança com deficiência em sua turma, e ela justifica: “Não. É preciso um estudo mais aprofundado sobre a deficiência do aluno” (PROFESSORA). Neste contexto, quando o profissional recebe em sua turma uma criança com necessidades específicas, torna-se necessário que seu planejamento seja flexível e passível a modificações, pois essa flexibilidade curricular deverá unir toda a prática pedagógica e sua teoria, em busca da inclusão das crianças com deficiência. Segundo Lima e Dorziat (2013, p. 2) “embora reconheçamos o avanço relativo ao estabelecimento de direitos, não podemos paralisar diante do grande desafio que envolve a transformação do ambiente escolar como um todo”. E foi isso que foi observado:

As nossas observações, na outra sala, conhecemos a turminha de 3 anos de idade. Nesta sala tem 30 crianças matriculadas, com a

presença de uma criança com 20% de Síndrome de Down e outra com autismo, ambas do sexo feminino, essa turma possui uma professora, uma monitora e duas cuidadoras. A criança com Síndrome de Down é independente, interage com as outras crianças, mas tem cuidadora, ao observar a sua rotina, vimos que ela se alimenta só, toma banho em conjunto, sem a ajuda da cuidadora. A mesma consegue acompanhar o desenvolvimento da sua turma. Já a criança com autismo, além do CREI tem outros acompanhamentos extras, como: o tratamento na APAE, a fisioterapia e é totalmente dependente do cuidador. A sua rotina na creche não é diferente das outras crianças com autismo, pois ela não participava das atividades desenvolvidas em sala de aula, na hora da refeição a criança se alimenta dentro da sala e a turma vai para o refeitório, dormia no pátio, ou sala de vídeo, ficando sempre isolada com a cuidadora. Não existia interação com outras crianças e seus colegas tão pouco com ela já que partia da professora essa exclusão. Mas, o que chama atenção é que quando se coloca uma atividade para essas crianças fazerem, é fotografado ou filmado para ser levada a Secretária de Educação. (DIÁRIO DE CAMPO, Observadoras A e B, 10/12/2014)

Perguntamos a opinião da educadora a respeito de quais são os requisitos necessários para um(a) professor(a) de educação infantil poder incluir uma criança com deficiência, e ela explicou que: “Um cuidador que possa ajudar o professor com aquela criança” (PROFESSORA). Primeiramente, o educador deve procurar se aperfeiçoar buscando metodologias, estratégias e recursos harmônicos com as necessidades individuais para desenvolver as atividades diárias, que em caso de alunos com deficiência, cada característica específica de aprendizagem deve ser considerada, e que as ações realizadas tenham êxitos, que consiste na evolução e interação de cada um, e só então buscar o auxílio de um cuidador para “auxiliar” no desenvolvimento da criança, mas não é o que ocorre na prática:

Ao passarmos para a sala de 4 anos, vimos uma turma com 31 crianças matriculadas, dentre elas havia duas com autismo, uma do sexo feminino outra do sexo masculino, então esta sala a presença de uma professora, uma monitora e duas cuidadoras, uma para cada criança com deficiência, a criança do sexo masculino, frequenta o CREI só no período da tarde, pois no horário oposto está em outras atividade pois o grau de autismo dele é muito alto, dentre as cuidadoras é a que faz de tudo para que ele permaneça na sala, mesmo diante das dificuldades que ele apresenta em interagir com as demais. A segunda cuidadora, da criança do sexo feminino, permanecendo neste ambiente, pela manhã e pela tarde, porém, devido a alguns acompanhamentos especializados fora do CREI, ela e os demais autistas tinham livre acesso, participava da AMA, da eco-ocupacional, faz tratamento com fonoaudiólogo, e fisioterapia. Estava sempre acompanhada da cuidadora, não permanecia na sala, foi trabalhoso observar essa criança, pois, a professora, não buscava inclui-la na sala regular. (DIÁRIO DE CAMPO, Observadora B, 15/12/2014)

Ao observar a criança do sexo feminino desta turma, vimos que era uma criança muito dependente, tinha dificuldade de locomoção, ou seja, ela não andava, estava aprendendo a andar, com isso necessitava da ajuda da cuidadora para se locomover. Uma cena que chamou a minha atenção, foi o fato que, no lugar desta criança estar na sala de aula junto com os seus colegas, estava na sala dos professores brincando só, enquanto a sua cuidadora confeccionava os adereços para decoração da creche. Quando falei que iria observar essa criança, a cuidadora a levou para a sala de aula, mas permaneceu por pouco tempo em sala de aula. Até que a diretora pediu para outra cuidadora ficar com a criança, enquanto a sua cuidadora continuava com a confecção dos adereços da creche. (DIÁRIO DE CAMPO, Observadora A, 15/12/2014)

A interação das demais crianças, auxilia na inclusão das crianças com deficiência, é nesta situação que Lima e Dorziat (2013, p. 2) reforçam que “as discussões, quanto as novas propostas da educação inclusiva devem ter como foco principal não apenas o ingresso das crianças com deficiência nas escolas regulares, mas também discutir como está se dando esse processo e se o mesmo atende as peculiaridades das diversas diferenças com as quais a escola se depara” e será que a presença de um cuidador na sala regular realmente é necessário para que essa inclusão aconteça. Para isso, questionamos a sua opinião por que e como a inclusão auxilia essas crianças, e o que é preciso para ocorrer a inclusão. E ela respondeu: “Sim. Assim ela se torna cada vez mais independente ao interagir com outras crianças de sua idade. Através de brincadeiras que possam incluir a criança especial e dando a oportunidade em atividades em grupo. Contratando cuidadores e dicas importantes em formações continuadas” (PROFESSORA). Essa são as dicas que a professora descreve em relação a inclusão, as políticas públicas e como atuam no cotidiano da inclusão na educação infantil.’

Enfim, é preciso saberes teóricos para empregar na prática o conhecimento adquirido em anos de formação, pois a falta de informação dos profissionais ligados à essa área, demonstra a fraqueza destas instituições. O desafio está nas ações práticas do educador, ou seja, fazer com que a experiência do cotidiano não se abrevie à repetição, as atividades pedagógicas, devem partir da realidade do aluno e o educador se organizar e programar, os diferentes conteúdos e práticas de ensino. Pois, faz-se necessária uma relação entre teoria e prática.

### 5.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA VISÃO DA GESTORA

Segundo Marins e Palhares (2007, p. 74) “para implementação de política de inclusão escolar, do ponto de vista da presença do aluno com necessidades especial buscou-se elaborar procedimentos que puderam ser sistematizados quantitativamente e qualitativamente, formalizando e registrando técnica e pedagogicamente a evolução desta participação” e é função da gestão administrar, matricular e buscar junto aos órgãos responsáveis profissionais e o apoio necessário para o êxito do CREI. A gestora respondeu aos nossos questionamentos após vários dias de insistência. Na primeira visita ao CREI:

Neste dia fomos recebidas pela gestora do CREI, passamos quase a tarde toda na secretária organizando matriculas e digitando alguns pontos para uma apresentação da inclusão na Secretária de Educação, que iria ser no dia seguinte, já no fim da tarde conhecemos a estrutura física, as educadoras e as crianças matriculadas, elas estavam divididas em quatro turmas, começando com a turma de 2 anos até a turma de 5 anos de idade. Dentre as quais existem 5 crianças com deficiência, sendo 4 autistas e uma com 20% de síndrome de Down. O CREI não possui sala de recurso. (DIÁRIO DE CAMPO, Observadora B, 05/12/2014)

De acordo com Bridi e Meirelles (2014, p. 752) “ainda não contamos com uma organização e um investimento específicos” nesta área de educação, devemos reconhecer que é um árdua tarefa unir a frágil Educação Infantil a Educação Especial que está em busca de uma identidade. Sendo assim iniciamos os questionamentos a gestora do CREI observado e a primeira questão é como tem ocorrido à inclusão de crianças com deficiência nesta instituição de educação infantil, a gestora responde que “existem uma procura boa, tem referência”. Indagamos quais as políticas públicas adotadas pela instituição para a efetivação da inclusão na educação infantil, a diretora replica que “tem diversas parcerias com o pessoal do Centro da Referência, PSF. Eles fazem a interdisciplinaridade (fisio e fono), fazem o atendimento das crianças com deficiência”. Ainda segundo Bridi e Meirelles (2014, p. 752) reconhecer a fragilidade da Educação Infantil é repesarmos “os processos de inclusão e a oferta de serviços especializados que contemple essa etapa de ensino”.

Questionamos como a matrícula das crianças com deficiência neste Centro de Referência de Educação Infantil é feita mediante que critérios, ela justifica que é necessário “o laudo médico, na hora da matricula pede-se o laudo para facilitar o trabalho até para pedir o cuidador”. Deve-se matricular crianças com deficiência, mas, ampliar os recursos para se evitar a exclusão dessas crianças.

Interrogamos quais os tipos de deficiência são mais frequentes neste CREI, e quais os requisitos necessários para inclui-la na instituição, ela responde que o maior índice é o “autismo”, e se faz necessário “ter boa vontade para receber as crianças”, para se incluir uma criança com deficiência é preciso bem mais que força de vontade, é indispensável segundo Marins e Palhares (2007, p. 79) “recursos, como brincar, recursos de informática, adaptações, mobiliário, estruturas na escola”, pois, o uso de estratégias é para favorecer o desenvolvimento das crianças. O mesmo ocorre com as demais crianças, e segundo a gestora “a parte da afetividade auxilia as crianças com deficiência, em especial o autista ajuda a trazê-lo para o mundo real” e como isso auxiliar na inclusão “porque através do contato com outras crianças facilita no desenvolvimento das crianças com deficiência”. É bem mais que afetividade é necessário formação e conhecimentos para transformar o ambiente em um ambiente inclusivo.

De acordo com a gestora as políticas públicas que atuam no cotidiano da inclusão na educação infantil e ela podem recorrer é solicitando o “encaminhamento dos profissionais facilitando no que é necessário”. A gestora em questão demonstra não ter conhecimentos dos recursos que pode ser adquiridos para o melhoramento da inclusão, tanto na estrutura física como no corpo docente.

O confronto dos discursos sobre a inclusão, com o que aparecem nos textos descritos neste trabalho, e as práticas observadas e relatadas no CREI, permitiu identificar conflitos e tensões de várias ordens. A princípio pela recusa de resposta das cuidadoras e educadoras, que é demonstrado com pontos de divergências, como o entendimento de que a educação é um direito de todos e que os sistemas de educação devem organizar-se para atender a todas as crianças. É importante ter consciência que tanto a Educação Infantil quanto a Educação Especial necessariamente precisa de melhorias para melhor atender as crianças.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil é a primeira fase de escolarização da criança e é nela que deverá desenvolver suas potencialidades, habilidades e capacidades, vai além de cuidados domésticos, pois é nesta etapa educacional que a inclusão deveria ocorrer mais facilmente, uma vez que as crianças apresentam diferenças comportamentais próprias da idade e a formação de valores faz parte disso. Todavia, a Educação Infantil está resumida ao “cuidar”, já que as crianças, basicamente, permanecem em horário integral nos CREI’s, para suprir as necessidades dos pais que terão um local para deixar seus filhos protegidos, com alimentação e cuidados de higiene pessoal.

As políticas públicas distanciam-se da realidade, as coordenadoras acreditam que o Município dispõe de CREI’s de referências, visto que a procura dos pais em matricular seus filhos aumentam a cada ano, esquecendo-se do principal que é a qualidade do ensino, pois, a educação é um direito de todos e dever da União. A estrutura física é favorável as atividades pedagógicas, no entanto os profissionais ligados diretamente e indiretamente a Educação Infantil e Especial demonstram a falta de conhecimento sobre o desenvolvimento da criança, a insegurança sobre os procedimentos e metas estabelecidas pelas Leis.

Desse modo, os resultados desta pesquisa responderam aos nossos objetivos que a inclusão de crianças com deficiência em instituições de educação infantil no município de João Pessoa, não acontece da forma que deveria acontecer às crianças poderem participar das atividades diárias propostas pelos documentos e pareceres das seguintes educações; que as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação para a inclusão na educação infantil e suas implementações, não são cumpridas pelos profissionais da educação, porque a Secretária disponibiliza profissional (educadoras, monitoras e cuidadoras) de acordo com as suas necessidades; as concepções dos profissionais que atuam na educação infantil sobre a educação inclusiva, não ocorrem de forma igualitária, porém as crianças com deficiência não participam interagindo com as demais crianças, tornando-se uma exclusão e não uma inclusão como descreve as Leis.

A teoria e a prática institui uma ideia equivocada sobre o que está evidenciado no cotidiano e o que se espera dessa educação que camufla a realidade das crianças com deficiência. A efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem as crianças com deficiência, ou seja, apenas a efetivação da matrícula no ensino regular não é garantia de

inclusão, mas sim que o CREI esteja preparado para trabalhar com as crianças de diversas deficiências ou características que chegam até a instituição.

As teorias do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Infantil e Especial, entretanto pouco se tem feito no sentido de sua prática. O “incluir” tem se mostrado a maior preocupação de pais, professores e gestores e estudiosos, pois, considerando que a inclusão só se concretizará se acontecerem mudanças estruturais e de conscientização no sistema educacional.

## REFERÊNCIAS

BAYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades especiais. Porto Alegre: Meditação, 2005.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 02/97.** Brasília, DF: CNE, 1997. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB02\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf)>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil** : pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília : MEC, SEB, 2006. 32 p. Disponível em < [http://www.oei.es/quipu/brasil/pol\\_educ\\_infantil.pdf](http://www.oei.es/quipu/brasil/pol_educ_infantil.pdf)>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Portaria nº 948, 2007. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 02/97.** Brasília, DF: CNE, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394/1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2013. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:** Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEESP/SEF, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** – 7.ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara,2010. Disponível em <[bd.camara.gov.br/bd/bitstream/.../estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_7ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/.../estatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf)>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. MEIRELLES, Melina Chassot Benincasa. Atos de ler a Educação Especial: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 39, p. 745-769, jul./set. 2014. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>

CERISARA, Ana Beatriz. **Educar e cuidar**: por onde anda a educação infantil? Perspectiva: Florianópolis. v. 17, n. especial, p. 11-21, jul/dez. 1999.

CORREA, Bianca Cristina. **Políticas de educação infantil no Brasil**: ensaio sobre os desafios para a concretização de um direito. Jornal de políticas educacionais, n. 9, p. 20-29, jan/jul, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6º edição – 2ª reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista brasileira de educação: São Paulo, n. 14, mai/jun/jul/ago. 2000.

LIMA, Maria Betânia Barbosa de Silva. DORZIAT, Ana. **Cenas do cotidiano nas creches e pré-escolas**: um olhar sobre as práticas de inclusão. 36º Reunião Nacional da Anped. 29 setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia – GO.

MARINS, Simone Cristina Fanhaní. PALHARES, Marina Silveira. **Educação Inclusiva**: Relato de uma experiência a partir da visão dos gestores municipais. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, 2007, vol. 15, nº 1. p. 69 – 89.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

MOYLES, Janet. **Fundamentos da educação infantil**: enfrentando o desafio. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.). **Educação infantil**: muitos olhares. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado. MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da Educação infantil no Brasil**: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista Histedebr on-line, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar. 2009.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: Construindo Um a Sociedade Para Todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de. **A inclusão da criança com necessidades especiais na visão de berçaristas**. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p. 75-93, Jan.br. 2010.

## **APÊNDICES**

## Apêndice 1

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Educação  
Departamento de Habilitações Pedagógicas  
Curso de Licenciatura em Pedagogia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Orientador(a): \_\_\_\_\_

Esta pesquisa é sobre “A educação Especial em uma perspectiva inclusiva na educação infantil” que está sendo desenvolvida por Aline da Conceição Gomes de Melo/ Lucilene da Penha Lima Silva, alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Ana Luisa Nogueira de Amorim.

O objetivo do estudo é “Analisar a inclusão de crianças com deficiência em instituições de educação infantil no município de João Pessoa”.

Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa respondendo a este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicações da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos envolvidos no estudo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas Pesquisadoras. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. As pesquisadoras estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Nome completo do(a) participante: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

RG: \_\_\_\_\_

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para as pesquisadoras responsáveis:

\_\_\_\_\_  
Aline da Conceição Gomes de Melo  
(83) 8886-8160

\_\_\_\_\_  
Lucilene da Penha Lima Silva  
(83) 8805-0384

## Apêndice 2

### QUESTIONÁRIO DAS COORDENADORAS



Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Educação  
Departamento de Habilitações Pedagógicas  
Curso de Licenciatura em Pedagogia  
Alunas: Aline da conceição Gomes de Melo/ Lucilene da Penha Lima Silva  
Orientadora: Ana Luisa Nogueira de Amorim  
Pesquisa: A educação Especial em uma perspectiva inclusiva na educação infantil.

### Questionário

Perfil:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade:

( ) Efetivo

( ) Entre 20-30 anos

( ) Voluntário

( ) Entre 30-40 anos

( ) Outros \_\_\_\_\_ Formação:

( ) Entre 40-50 anos

Curso: \_\_\_\_\_

( ) Acima de 50 anos

Instituição: \_\_\_\_\_

Vínculo empregatício:

( ) Contratado

Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

( ) Concursado

Questões:

1. Como tem ocorrido a inclusão de crianças com deficiência nas instituições de educação infantil no município de João Pessoa?

---

---

---

---

2. Quais as políticas públicas adotadas pela Secretaria de Educação para a efetivação da inclusão na educação infantil?

---

---

---

---

3. A matrícula das crianças com deficiência nos Centros de Referência de Educação Infantil de João Pessoa é feita mediante que critérios?

---

---

---

---

4. Quais os tipos de deficiência são mais frequentes nas CREIS?

---

---

---

5. Para incluir um aluno deficiente em uma turma, o que é necessário?

---

---

---

6. Quais são os requisitos necessários para um(a) professor(a) de educação infantil poder incluir uma criança com deficiência na sua turma?

---

---

---

7. Quais são os pontos positivos e negativos da proposta de inclusão na educação infantil?

---

---

---

8. De que forma é incentivada a inclusão na educação infantil?

---

---

---

Obrigada pela colaboração!



### Apêndice 3

## QUESTIONÁRIOS DAS PROFESSORAS



Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Educação  
Departamento de Habilitações Pedagógicas  
Curso de Licenciatura em Pedagogia  
Alunas: Aline da conceição Gomes de Melo/ Lucilene da Penha Lima  
Silva  
Orientadora: Ana Luisa Nogueira de Amorim  
Pesquisa: A educação Especial em uma perspectiva inclusiva na  
educação infantil.

### Questionário

Perfil:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_ Sexo: ( )Feminino ( ) Masculino

Idade: \_\_\_\_\_ ( ) Efetivo

( ) Entre 20-30 anos ( ) Voluntário

( ) Entre 30-40 anos ( ) Outros \_\_\_\_\_ Formação:

( ) Entre 40-50 anos Curso: \_\_\_\_\_

( ) Acima de 50 anos Instituição: \_\_\_\_\_

Vínculo empregatício:

( ) Contratado Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

( ) Concursado

Questões:

1. Há quanto tempo atua na educação infantil?

---

---

2. Possui conhecimentos sobre a educação especial? Quais?

---

---

---

3. O que você entende por inclusão de deficientes no ensino regular?

---

---

---

4. Com quais tipos de deficiência você já trabalhou?

---

---

---

5. Você acredita ter conhecimentos necessários para incluir um aluno deficiente em sua turma? Justifique.

---

---

---

6. Em sua opinião, quais são os requisitos necessários para um(a) professor(a) de educação infantil poder incluir uma criança com deficiência?

---

---

---

7. A interação das demais crianças auxilia na inclusão das crianças com deficiência? Por quê?

---

---

---

8. De que forma é incentivada a inclusão na sua turma?

---

---

---

9. Como as políticas públicas atuam no cotidiano da inclusão na educação infantil?

---

---

---

10. Na sua opinião, a participação de crianças com deficiência na rede regular de ensino auxilia na inserção dela no meio social? Justifique.

---

---

---

Obrigada pela colaboração!

## Apêndice 4

### QUESTIONÁRIO DA DIRETORA



Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Educação  
Departamento de Habilitações Pedagógicas  
Curso de Licenciatura em Pedagogia  
Alunas: Aline da conceição Gomes de Melo/ Lucilene da Penha Lima  
Silva  
Orientadora: Ana Luisa Nogueira de Amorim  
Pesquisa: A educação Especial em uma perspectiva inclusiva na  
educação infantil.

#### Questionário para o(a) diretor(a)

Perfil:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_ Sexo: ( )Feminino ( ) Masculino

Idade: \_\_\_\_\_ ( ) Efetivo

( ) Entre 20-30 anos ( ) Voluntário

( ) Entre 30-40 anos ( ) Outros \_\_\_\_\_ Formação:

( ) Entre 40-50 anos Curso: \_\_\_\_\_

( ) Acima de 50 anos Instituição: \_\_\_\_\_

Vínculo empregatício:

( ) Contratado

Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

( ) Concursado

Questões:

1. Como tem ocorrido a inclusão de crianças com deficiência nesta instituição de educação infantil?

---

---

---

2. Quais as políticas públicas adotadas pela instituição para a efetivação da inclusão na educação infantil?

---

---

---

3. A matrícula das crianças com deficiência neste Centro de Referência de Educação Infantil é feita mediante que critérios?

---

---

---

4. Quais os tipos de deficiência são mais frequentes neste CREIS?

---

---

---

5. Em sua opinião, quais são os requisitos necessários para um(a) instituição de educação infantil poder incluir uma criança deficiente no âmbito educacional?

---

---

---

6. A interação das demais crianças auxilia na inclusão das crianças com deficiência? Por quê?

---

---

---

7. Como as políticas públicas atuam no cotidiano da inclusão na educação infantil?

---

---

---

8. Na sua opinião, a participação de crianças com deficiência na rede regular de ensino auxilia na inserção dela no meio social? Justifique:

---

---

---

Obrigada pela colaboração!

## Apêndice 5

### QUESTIONÁRIO DAS CUIDADORAS



Universidade Federal da Paraíba  
 Centro de Educação  
 Departamento de Habilitações Pedagógicas  
 Curso de Licenciatura em Pedagogia  
 Alunas: Aline da conceição Gomes de Melo/ Lucilene da Penha Lima  
 Silva  
 Orientadora: Ana Luisa Nogueira de Amorim  
 Pesquisa: A educação Especial em uma perspectiva inclusiva na  
 educação infantil.

#### Questionário para o(a) cuidador(a)

Perfil:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade:

( ) Entre 20-30 anos

( ) Entre 30-40 anos

( ) Entre 40-50 anos

( ) Acima de 50 anos

Vínculo empregatício:

( ) Contratado

( ) Concursado

( ) Efetivo

( ) Voluntário

( ) Outros \_\_\_\_\_

Formação:

Curso: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

Questões:

1. Possui conhecimentos sobre educação especial? Quais?

---



---



---



---

2. O que você entende por inclusão de crianças com deficiência?

---



---



---



---

3. Com quais tipos de deficiência você já trabalhou?

---



---



---



---

4. Você acredita ter conhecimento necessários para incluir uma criança com deficiência ? Justifique.

---

---

---

---

5. Em sua opinião o CREI é uma instituição inclusiva? Por quê?

---

---

---

---

6. De que forma é incentivada a inclusão das crianças com deficiência?

---

---

---

---

7. A interação das demais crianças auxilia na interação das crianças com deficiência ? Como?

---

---

---

---

8. Em sua opinião, a participação de crianças com deficiência na rede regular de ensino auxilia na inserção dela no meio social? Justifique.

---

---

---

---

Obrigada pela colaboração!